



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2024

Nº 128

### SUMÁRIO

SUP. RECURSOS HUMANOS.....	1908
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO .....	1916
TAQUIGRAFIA.....	1917

### SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 67/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, considerando Termo de Homologação ALE/RO nº 05, de 11 de julho de 2024, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 125, de 11 de julho de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a estabilidade funcional, ao servidor LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES, matrícula nº 100021082, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Administração, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que foi aprovado no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo, conforme Relatório elaborado pela Comissão encarregada da Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório, constante no processo SEI nº 100.122.000029/2024-35, de acordo com a Resolução nº 472, de 23 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 166, de 23 de setembro de 2020.

Art. 2º Conceder a progressão salarial ao referido servidor, da "Referência I" para "Referência II", nos termos do Art. 29, §1º, I, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 16.06.2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

### MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ  
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA  
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL  
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ  
2º Secretário: JEAN MENDONÇA  
3º Secretário: NIM BARROSO  
4º Secretário: ALEX REDANO

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário Geral  
SEI nº 0249521

ATO Nº 2026/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

### NOMEAR

**LOURIVAL DOS SANTOS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, no Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250169

ATO Nº 2027/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

### NOMEAR

**MARCIA NASCIMENTO ELIAS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-04, na Divisão de Apoio as Atividades Parlamentares, do Departamento de Apoio à Produção Parlamentar - Secretaria Legislativa, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer  
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles  
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250181

ATO Nº 1998/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**MARCOS AURELIO DE SOUZA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete da Deputada Gis-laine Lebrinha, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249537

ATO Nº 2013/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**MARIA DE FATIMA RODRIGUES SANTOS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249665

ATO Nº 2020/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**MONICA ARRUDA DOS SANTOS SILVA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de

Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249725

ATO Nº 2024/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**NAJOA GLEICY MACEDO MATOS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete da 1ª Vice Presidência - Deputado Jean Oliveira, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250154

ATO Nº 2028/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**PATRICIA FERREIRA DE PAULA MARTINS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete da Deputada Drª Taissa, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250200

ATO Nº 2021/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em**

28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**PAULA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249727

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 29/2024

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.11, inciso XII, do Regimento Interno, Resolução nº 32/90, resolve:

#### ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **RAISSA DA FONSECA QUARESMA**, matrícula nº 200174081, para Superintendente de Contabilidade, código DAS-02, a contar de 01 julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**MARCELO CRUZ**

Presidente ALE/RO  
SEI nº 0250275

ATO Nº 2008/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, o uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**ROMELINA FERMOW DO AMARAL**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249616

ATO Nº 2012/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**SERGIO PAULO MARTINS FERNANDES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249653

ATO Nº 2017/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**TAILANE VITORIA NEVES DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249710

ATO Nº 2014/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**THAINA KELEN DOS SANTOS ALICRIM**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Delegado Lucas, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249688

ATO Nº 2007/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**TIAGO DEIVIDI DA CRUZ**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249610

ATO Nº 2001/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**VILANI PEREIRA DE ALENCAR**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete da Deputada Gis-laine Lebrinha, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249572

ATO Nº 2002/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**LIVIA MORGANA JUNOTT BASTOS**, para exer-

cer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249579

ATO Nº 2006/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**ALEXANDRA ROCHA FERREIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 10 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249606

ATO Nº 2029/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**N O M E A R**

**DANIEL VITOR ARAUJO DA SILVA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250214

ATO Nº 2018/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**NOMEAR**

**DIEGO SILVERIO GOMES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249714

ATO Nº 2016/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**DINORA ROSA LIMA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249705

ATO Nº 2009/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**DOMINGOS FRANCO DA ROCHA SANCHES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249621

ATO Nº 2025/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**DOUGLAS FERREIRA DE SOUSA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DAG-04, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250161

ATO Nº 1999/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**EDUARDO DUARTE MARQUES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete da Deputada Gis-laine Lebrinha, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249538

ATO Nº 2004/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**EDVAL ADELINO DE SOUZA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249597

ATO Nº 2030/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**ELLINGTON BARROS RAMOS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-01, no Gabinete do Diretor Geral da Escola do Legislativo, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250224

ATO Nº 2019/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**EMILY VITORIA DOURADOS ELLER**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249722

ATO Nº 2010/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**ERICK GUSTAVO DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249631

ATO Nº 2033/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**ESTEFANE SILVA DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-07, na Divisão de Línguas Estrangeiras e Especiais, do Departamento de Cerimonial, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250260

ATO Nº 2015/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**EUZIMAR SANTOS FILGUEIRAS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-14, no Gabinete do Deputado Delegado Lucas, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249696

ATO Nº 2031/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**NOMEAR**

**FRANCISCA DA CONCEIÇÃO DOLZANES MIQUILES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-07, na Diretoria Pedagógica da Escola do Legislativo, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250236

TO Nº 2036/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:**

**DESIGNAR:**

O servidor **FRANCISCO DE ASSIS SOBRIHNO**, matrícula nº 200175556, ocupante do Cargo de Assessor Especial de Gabinete, para responder pelo Cargo de Chefe de Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, no período de 08/07/2024 a 27/07/2024, em razão de férias do titular.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250292

ATO Nº 2034/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**NOMEAR**

**IRENE FERREIRA COLMAN**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Corregedor Geral, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250267

ATO Nº 2011/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**NOMEAR**

**JANAINA SIQUEIRA GUIMARAES LOPES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249640

TO Nº 2000/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**NOMEAR**

**JEFERSON DA SILVA CARNEIRO SENNE**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete da Deputada Gislaíne Lebrinha, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249544

ATO Nº 2022/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:**

**NOMEAR**

**JOSE MAURO DE ALMEIDA AGUIAR**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Affonso Candido, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250143

ATO Nº 2035/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**N O M E A R**

**KARYNE SILVA ALBUQUERQUE NOGUEIRA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-07, no Divisão de Protocolo Geral, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250268

ATO Nº 2003/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**N O M E A R**

**KAUANY VESPER DE SOUZA**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0249591

ATO Nº 2023/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**N O M E A R**

**LEANDRO DE SOUZA KAMMERS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Affonso Candido, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250146

ATO Nº 1943/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**N O M E A R**

**IRANI AMARAL DE CASTRO REIS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 12 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0247570

ATO Nº 2032/2024-SUP-RH/ALERO

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**N O M E A R**

**ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-04, na Divisão de Monitoramento e Segurança Patrimonial, do Departamento de Polícia Legislativa - Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 01 de julho de 2024.

Porto Velho, 16 de julho de 2024.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral ALE/RO  
SEI nº 0250244

## DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO P Nº 055/2024-LEG/ALE

Convoca Sessão Legislativa Extraordinária para o dia 18 de julho de 2024.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro na alínea b, do inciso III do art. 28 da Constituição do Estado, combinado com o inciso II do art. 2º do Regimento Interno,

## R E S O L V E:

Art. 1º Convocar Sessão Legislativa Extraordinária, às 10h do dia 18 de julho de 2024, para deliberação de matérias em condições regimentais.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 16 de julho de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ  
Presidente – ALE/RO

## TAQUIGRAFIA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 27.06.2024  
INÍCIO: 10h06min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO  
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES  
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Bioflica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 27 dias do mês de junho de 2024, no Plenário da Assembleia Legislativa.

Quero aqui registrar a presença do nosso querido Deputado Delegado Lucas. Registrar a presença também do nosso Deputado Pedro Fernandes. Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Quero também agradecer a presença do Doutor Doca, que com maestria lidera a equipe jurídica desta CPI. Quero agradecer aqui a todos os presentes que estão participando de forma remota, que estão assistindo pela TV Assembleia, pelos canais oficiais da Assembleia Legislativa. Quero também agradecer a participação, de forma remota, dos representantes da Reserva Rio Machado. Quero também agradecer a presença da nossa querida amiga Eni, que neste ato representa a Reserva Ilha das Flores.

Gostaria de convidar neste momento, para leitura da Ata, o nobre Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Procede à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS - Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ata lida agora, colo em votação.

Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator)– “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto “sim”. Fica aprovada a referida Ata.

Nesse momento, convido para uso da palavra o nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Bom dia a todos, mais uma reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que vem fazendo o seu trabalho e buscando desde o início, que foi a orientação do nosso Presidente, para a gente manter o rito formal dessa CPI.

A gente já ouviu a Área de Proteção Ambiental Rio Pardo, Porto Velho e Buritis, que é dessa região. Ouvimos também, a Floresta Estadual Rio Pardo, que pertence a Porto Velho e Buritis, também. A Estação Ecológica Umirizal, também já foram ouvidos nas reuniões. A Estação Ecológica Soldado da Borracha, Porto Velho e Cujubim, também foram ouvidos.

No primeiro passo da CPI nós ouvíamos os moradores que foram afetados por essa criação das reservas e que moravam ou estavam na época dos estudos que eles fizeram, e a gente ouviu as pessoas. Está tudo nos autos do processo.

Hoje será ouvida, agora de manhã, Ilha das Flores, e a Rio Machado que vai ser on-line, através de videoconferência, o depoimento, devido os moradores daquela região não ter as condições, eles preferiram. E é legal também ouvir, não é? Hoje o Judiciário tem feito muito isso, tem ouvido essas pessoas.

A nossa equipe técnica tentou localizar. Ainda faltam serem ouvidas as Reservas da Fauna Pau d’Óleo, lá de São Francisco do Guaporé; o Parque Estadual Abaitará, de Pimenta Bueno; o Parque Estadual da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, de São Francisco do Guaporé; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Serra Grande, de São Francisco.

Essas áreas a gente deixa aqui, Deputado Alex, Senhor Presidente, se tiver alguém que tem interesse, que mora nessa região, que foi prejudicado e que tem algum depoimento ou algum esclarecimento, que pode prestar aqui para nossa CPI, a gente convida para que aquelas pessoas se manifestem.

E as pessoas que a gente identificou dentro dos processos foram...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Os amigos que estão de forma remota, desligar o microfone, porque está saindo todo o som aqui no plenário. Pronto, muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem o pessoal lá de Machadinho que vai entrar on-line. De repente, é

lá da sala que eles estão reunidos, de onde a gente vai ouvir o depoimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Pode continuar, Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputado Alex, foram selecionadas algumas pessoas que continuam o nome delas dentro dos processos da criação das áreas de reserva. E essas pessoas vão ser convocadas por edital, porque a gente não conseguiu, a nossa equipe técnica já fez as diligências, tentou entrar em contato e ninguém se manifestou dessa região.

Mas, a gente vai por edital fazer a convocação para dar formalidade no procedimento da nossa CPI. Então, eu acredito que podemos, aqui depois, fazer um Requerimento e aprovar, Presidente, para que seja feita dessa forma para gente dar andamento. Nós temos prazos regimentais da CPI para serem cumpridos e precisamos avançar nos trabalhos.

E aí a gente vai para os próximos passos, que é estabelecer um cronograma de trabalho da equipe, dos deputados e fazer os relatórios para gente começar montar esse quebra-cabeça. Ouvir os profissionais, que vão ser definidas as datas, os profissionais ambientais, servidores e técnicos envolvidos na criação dessa reserva. Então, a gente vai fazer esses encaminhamentos a nossa CPI.

No mais, eu acredito que estamos avançando bem. A CPI está cuidando muito bem, conforme a gente acordou no início, para seguir um rito processual para não deixar brechas para questionamentos futuros. Porque, a gente sabe que essa Casa de Leis, aqui, os presidentes que por aqui passaram, tentaram reverter essa situação na época. E o nosso Presidente, Deputado Alex, foi um dos responsáveis pela mobilização também, dessa Casa. E não foi ouvida. Se talvez tivesse ouvido, a gente não estaria hoje com a necessidade de uma CPI. Então, foram “patrolados”, não foram ouvidos. E o Judiciário, quando ele é provocado, ele tem que tomar uma decisão. E no meu mandato, que tem um ano e quatro meses, que eu estou aqui, a gente tem observado que o Judiciário alegou, e com certeza correto, que não tem um estudo para a revogação dessas reservas.

E nós estamos aqui também buscando se, realmente, para a criação foi feito esse estudo dentro da formalidade, legalidade? Se sim. Ok! Vamos buscar outros caminhos, porque nós estamos buscando a verdade e a formalidade. Seguir todo o rito processual que eles estão exigindo para revogar também essa situação. Então, é isso. Nós estamos com muita seriedade, com muita responsabilidade.

A gente sabe a responsabilidade que nós temos aqui sobre os nossos ombros. E eu, como relator, e o Deputado Lucas, aqui também, que é um político de primeiro mandato como eu, mas experiente, principalmente nessa área de investigação, de processos e de ouvir.

Temos a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, temos o Deputado Cirone Deiró, temos o Deputado Jean Oliveira e presididos pelo

nosso Deputado Alex Redano, que também tem conduzido com muita seriedade esse processo.

Então, Deputado Alex, pode dar seguimento. É o que eu tenho a dizer. E qualquer pessoa que tiver alguma informação, essa Comissão está aberta para ouvir qualquer informação que venha contribuir com esse processo, para que a gente tire essa dúvida, porque por onde a gente anda a gente é questionado: “Por que criaram? Qual motivo? Qual é o motivo disso? O que o Estado ganhou de benefício? Por quê?”

Então, essa interrogação muito grande, porque a pior coisa que tem na vida é a dúvida. Então, nós temos que eliminar essa dúvida da criação dessas 11 reservas no Estado de Rondônia e nós vamos trabalhar firmes pra isso. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, nobre Deputado Pedro Fernandes.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas para uso da palavra.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente, obrigado pela oportunidade. Quero apenas, ser bem breve, cumprimentar toda a equipe da Assembleia aqui presente. Cumprimentar as pessoas que nos acompanham presencialmente e de forma remota. Parabenizar o senhor pela propositura da CPI. Parabenizar o Doutor Doca pela assessoria jurídica aqui de excelência.

E cumprimentar aqui, por último, nosso relator, Deputado Pedro Fernandes, que tem o compromisso muito forte com essa pauta. Tem feito um bellissimo trabalho como Presidente da Comissão do Meio Ambiente. E nós verificamos a cada reunião da CPI, que se dedica, que estuda, que se debruça sobre os temas. E eu tenho certeza que apresentará, ao final desta CPI, um relatório magnífico, fantástico, que vai concatenar todas as provas e todos os elementos de provas obtidos durante a instrução. Parabenizo Vossa Excelência, Deputado Pedro, pelo seu compromisso com essa pauta.

Estamos à disposição para somar. E vamos aos trabalhos. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui, novamente, agradecer toda equipe técnica, em nome do Framber, da Thainá, todos os demais servidores da Assembleia Legislativa que colaboram com esta importante CPI.

E falar, principalmente para os envolvidos, que é um trabalho maçante, é um trabalho moroso, mas nós precisamos estar muito atentos aos detalhes. Qualquer erro aqui na CPI, qualquer detalhe que passe despercebido pode ser passível de anulação de todo trabalho. E a intenção da CPI é de fazermos um relatório robusto, um relatório que comprove a nossa tese para encaminhar aos órgãos de controle, ao Judiciário para que possa ser revertida essa situação.

Na época da criação das reservas eu era deputado. O então Governador Confúcio Moura, e nós, Deputado Pedro e Deputado Delegado Lucas ouvimos — não é,

Doca? — o burburinho: “Olha, estão querendo criar reservas.” Em 2015 isso. E o que eu, como parlamentar na época, tomei de atitude? Junto com o Doutor Doca, nosso jurídico, nós fizemos uma alteração na Constituição Estadual proibindo a criação de reservas por Decreto. Nós fizemos isso em uma terça-feira. E no outro dia, na quarta-feira, antes da vigência da nossa PEC, Projeto de Emenda à Constituição, amanheceu decretada essas 11 reservas.

E o que nós buscamos agora, com a CPI? Comprovar que não teve tempo hábil para serem feitos esses estudos. Eles estavam com a intenção de criar essas reservas, mas tem todo um trâmite para criação da reserva. Como nós fizemos essa PEC proibindo a criação de reserva por Decreto, eles simplesmente “canetaram” sem passar por todo o devido processo legal, por todas as etapas. E tudo o que é feito de maneira que não é obedecido o rito processual, o famoso “devido processo legal” é passível de anulação.

Então, a CPI tem provas robustas que não foram obedecidas todas as etapas e a nossa intenção é encaminhar o relatório da CPI para o Judiciário com provas robustas para ser cancelada a criação dessas 11 reservas. Então, essa é a nossa intenção. É algo moroso, não sei se vai mais uns dois ou três meses, Doutor Doca, para podermos, realmente, ouvirmos todas as reservas, fazermos todo trabalho com técnica. Então, eu peço a paciência de todos, mas nós temos grandes esperanças de termos vitória com esse trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de Ordem concedida, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu quero deixar bem claro aqui que nós estamos trabalhando com uma imparcialidade ímpar. Aos produtores, para ficar bem claro, a todos os técnicos que se envolveram nessa criação, nós vamos fazer um juízo de todos os valores, de tudo o que a gente ouvir, de todas as provas que estão chegando para nós dentro do processo, para a gente fazer um relatório o mais próximo da justiça e fazer os encaminhamentos pertinentes a essa Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito bem colocado, nobre Deputado Pedro Fernandes.

Passo a palavra neste momento para o nosso jurídico, Doutor Doca para fazer um breve resumo. Logo após, iniciaremos as tratativas das oitivas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Muito bom dia aos senhores deputados, nossa assessoria técnica presente, aqueles que estão nos ouvindo remotamente e pelo Youtube.

Deputados, eu vou ser bem objetivo porque a nossa reunião da Comissão estava marcada para as 9h30min, e já estamos no adiantado de mais de 10h. Nós temos pes-

soas que estão nos acompanhando remotamente, que é o pessoal da Unidade de Conservação Rio Machado, que estão lá em Machadinho D’Oeste. E eles moram muito longe, lá para os lados do Tabajara, essa distância aí. Então, nós vamos ser o mais breve possível nas nossas discussões. Mas eu preciso trazer aqui uma pauta, senhores deputados, eu peço a atenção dos senhores.

Hoje nós trataremos da oitiva das unidades de conservação. Ficou entabulado que hoje nós ouviríamos as sete unidades restantes. Nós contactamos aquelas que a gente tinha conhecimento de algum representante que nelas reside, e temos aqui representantes da Ilha das Flores e o pessoal de Rio Machado que está de forma remota, acompanhando.

Todavia, as demais unidades de conservação, nós não temos contato com um representante direto, aquela pessoa que se dispõe a resolver. Até porque, pelo regime jurídico, as localidades, parece-nos, não existe um consenso da criação dessas demais, como o Parque Abaitará, Limoeiro, Serra Grande.

Então, essas outras unidades, para cumprirmos a questão de contraditório e etc, e posteriormente dizerem “ah, mas não ouvimos tal região”, tecnicamente, eu proponho que posteriormente os senhores apoiem a convocação via edital. Publica-se o edital no diário da Assembleia Legislativa, e nós damos esse procedimento processual por encerrado com a oitiva. Daí, passaríamos, numa próxima reunião, a ouvir os técnicos e profissionais servidores envolvidos nos estudos que estão encartados nos processos administrativos de criação dessas unidades de conservação.

Seria a nossa sugestão para submeter à apreciação dos senhores, posteriormente, para ser aprovado e deliberado sobre isso. Ok?

Outra questão que nós precisamos realmente, de forma definitiva resolver, é quanto a essa questão de contratar ou não especialista que avalie os contratos de carbono. Eu vou explicar o porquê. Porque ele está nesse mesmo processo das unidades de conservação e nós não podemos elaborar um relatório com esse apêndice do lado, sem que tenha um norte.

Nós temos aqui um processo da Biofílica e da Permiam. O processo da Permiam, o Governo do Estado já fez o seu mister, chamou o feito à ordem, abriu o contraditório para a Permiam e o tornou nulo por vícios, na elaboração, na forma de contrato e etc. Só que nós não podemos delimitar, pelo que tem do relatório da Sedam, o parecer da Procuradoria do Estado, o que foi feito em relação, por exemplo, hoje nós não temos como saber o valor que a Permiam recebe. Lá, para os senhores terem uma ideia, é a exploração de 146.400 hectares, nessa área da Reserva Extrativista Rio Cautário. (146 mil hectares). O que isso geraria de renda, benefício? Nós não temos, porque ninguém sabe o quanto a Permiam recebe.

Sabemos que ela contratou um valor mensal de R\$ 1.000,00 por família, reajustados em 5% por ano, que esse valor hoje está em torno de R\$ 1.375,00 por família, e continua, por um período de 30 anos. Isso deman-

daria que a Permiam, também, ela disse que aplica um valor anual de R\$ 250.000,00 corrigidos anualmente, em um contrato de 30 anos.

O Governo do Estado não é parte nesse processo. Ele atua como superveniente. Mas, como o processo estava, na sua contratação, eivado de vícios, direcionamento de servidores que participaram dos estudos posteriormente se tornarem empregados da própria empresa que foi contratada, então esse é um processo que a Sedam tornou nulo. Encaminhou à Delegacia de Polícia para ser investigado, ao Ministério Público, mas não se questionou o dano que foi. O que o Estado perdeu com isso, com esse contrato? Não se sabe o valor sequer que a Permiam recebe.

E seria muito raso aqui, de forma irresponsável e leviana, trazermos aqui "ah, perdeu uma monta de R\$ 1 bilhão ou de milhões de Reais" sem que pudéssemos tecnicamente — com o estudo técnico — precisar e o quanto, dessa área, poderia a Permiam ter recebido com essas extrações, com a venda desse carbono. São contratos complexos que não são da nossa área.

Então, será que eu me fiz entender? Precisamos definir se será contratada essa empresa ou esse técnico para que nós tenhamos luz e seja elucidada essa questão do contratual.

Quanto aos vícios do processo, esses já estão aclarados. A Permiam continua operando, porque após a nulidade do processo administrativo, ela recorreu à Justiça e o juiz concedeu uma liminar para que ela continue operando. Todavia, a liminar do juiz impede que ela possa aferir quaisquer valores do carbono. Ela pode continuar a prestação de serviço, todavia ela não pode auferir os valores decorrentes da extração desse carbono. Então, tem essa complexidade. Seria interessante os senhores também deliberarem sobre isso.

Outro tema que precisamos avançar também é já deixar aqui marcada a data da audiência para começarmos a ouvir os servidores e técnicos que trabalharam nos processos administrativos. Ok? Era o que tinha para o momento. E qualquer esclarecimento eu estou à disposição.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos deliberar aqui, Presidente, com sua permissão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Vamos iniciar agora, neste momento, as oitivas. Eu passo aqui a palavra para o nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O que se busca com as oitivas é extrair da população ocupante dessas áreas em que se criaram as 11 (onze) unidades de conservação, se dois requisitos legais para a criação de uma unidade de conservação foram observados nos processos administrativos — se todos, não é? Não dois, acho que são todos, que colocaram errado aqui — que deram origem a essas unidades, em observância ao devido processo legal no âmbito administrativo.

Então, é por isso que a gente está ouvindo as pessoas. Pedimos aqui, Presidente, a todos que forem ouvidos

para serem bem diretos nas respostas. Eu sei que tem um contexto emocional em tudo isso, porque afetou diretamente a vida das pessoas, as famílias. Então a gente pede, assim, o que for perguntado, fala "sim" ou "não". Fala se conhece, não conhece. Fala bem claro para a gente seguir, porque aqui nós estamos em um processo de investigação. Aqui é um papel tipo o Deputado Dele-gado Lucas faz lá na delegacia de polícia.

Nós estamos buscando a verdade dos fatos. E para isso, para que esse processo seja instruído e a gente tenha êxito nas informações, na finalização dele, precisamos que as pessoas que forem ouvidas aqui sejam bem, fa-lem rápido e o que sabem, sem muito... Porque nós já ouvimos toda a construção de tudo isso; já fizemos audiências públicas. Então, esse momento aqui é técnico. É um momento do trabalho em que a gente vem construindo um processo para a gente formalizar isso de uma forma, seguindo o devido processo legal.

Presidente, quero submeter aqui representantes da Reserva Rio Machado, que foi criada entre essas 11, que nós estamos investigando. O senhor Edivan Ferreira dos Santos, a qualificação fica no processo; o senhor Helenilso Silva Félix; o senhor Edivan Ferreira dos Santos; a senhora Maria Auxiliadora Ferreira de Souza e o senhor Eliomar Patrício.

Quero submeter também, fazer tudo em conjunto, representante do Parque Estadual Ilha das Flores, em Alta Floresta, a senhora Eni Alves Rocha.

Senhor Presidente, vamos submeter à votação aqui da nossa CPI, para aprovação desses nomes, para serem ouvidos aqui na oitiva de hoje.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação. Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim". Fica aprovado. Pode dar prosseguimento, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Obrigado, Presidente. Vamos iniciar pela presencial aqui... remoto primeiro? Vamos no remoto, então. Vamos pela ordem aqui, os representantes como são maioria, são da área do Rio Machado. Então, aí nós vamos ouvir primeiro, vou convidar aqui - que já está convocado e aprovado -, e o Deputado Lucas vai inquirir. Pode ser, Deputado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim, Senhor Relator.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Se alguém tiver algum questionamento no meio, aí a gente contribui, mas o Deputado Lucas já tem essa expertise, de dele-

gado do Estado de Rondônia, já representa, já inquiriu muita gente. Então, ele tem essa expertise, eu vou passar para ele essa missão aqui e a gente vai contribuindo, se houver necessidade a gente intervém.

O senhor Edivan Ferreira dos Santos está presente aí?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está ouvindo bem? Está nos ouvindo? Tudo certinho?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim, estou ouvindo. O senhor está me ouvindo bem?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estou ouvindo. Então, o Deputado Lucas vai fazer alguns questionamentos ao senhor e eu peço que o senhor seja bem preciso e fale a verdade. O que o senhor sabe. Tudo bem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Positivo, tudo bem.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Deputado Deputado Lucas, por favor.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Edivan, bom dia. Vamos já direto às perguntas aqui, para esse objetivo, está bem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor reside atualmente?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Não compreendi, Deputado. O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. DELEGADO LUCAS - Desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor reside atualmente?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Desde o meu nascimento, deputado. Nasci e me criei lá na região.

O SR. DELEGADO LUCAS - Quantos anos o senhor tem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Tenho 46 aos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, há 46 anos o senhor mora na área onde o senhor... o senhor a utiliza como moradia, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - A utiliza como moradia, está bom. E essa área, hoje, onde o senhor reside há 46 anos, onde o senhor mora, ela foi determinada um Parque Estadual?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Foi denominado como lá? Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Está bom. O senhor possui algum tipo de documento dessa área? Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não, pelo sistema SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), CAR (Cadastro Ambiental Rural). O senhor tem algum tipo de documento?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim, nós temos toda a documentação.

O SR. DELEGADO LUCAS - Quais documentos o senhor possui? O senhor pode elencar para mim? Quais tipos de documentos o senhor possui? Possui CAR, Título definitivo? Escritura Pública?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Toda aquela documentação...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator)– Pela Ordem.

O SR. DELEGADO LUCAS – Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A gente pede para que ninguém interfira na resposta do entrevistado, está bom? Porque isso aí pode prejudicar o procedimento. É ele mesmo tem que falar o que ele sabe certinho. Beleza? Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor tem documentação lá qual que é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Lá, (inteligível) a gente fez toda a parte, toda parte ali de documentação, a gente tem. A gente pagou imposto de renda por muitos anos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Será que caiu (referindo-se à internet)? Oi? Voltou, senhor Edivan?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Oi.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor está afirmando que o senhor tem Título definitivo? O senhor tem certeza?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – E CAR, o senhor tem? Contrato de vendas? Tem tudo?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Tudo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Qual é a atividade que o senhor desenvolve lá nessa área? Atividade econômica?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Atividade lá?

O SR. DELEGADO LUCAS – É.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS – A atividade lá é fazer plantação de mandioca, para fazer aquela farinha que uns chamam de puba, outros chamam de farinha d'água.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, o senhor planta mandioca. Tem algum outro tipo de agricultura lá que o senhor trabalhe?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não, só isso mesmo. E tipo assim, às vezes (ininteligível). Com a extração de óleo de copaíba e na época da colheita de castanha, nós trabalhamos também. O dia a dia é na roça de mandioca mesmo.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor tem criação de algum animal? Tem criação? Galinha, porco, boi?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tem também, não é? E é mais para voltada para a subsistência do senhor e da sua família?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – O senhor pode repetir de novo?

O SR. DELEGADO LUCAS – A produção lá é voltada subsistência da sua família?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. O senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou qualquer alguma outra empresa ou órgão público, sobre a intenção do Estado em criar uma unidade de conservação na área onde o senhor mora há 46 anos?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) –

rência) – Eu desconheço Deputado. Nunca, nunca eles procuraram a gente lá. Se foram algum dia, eu não estava presente nesse dia. Eu desconheço.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, tá. Então, a próxima pergunta vai perder o objetivo. Eu iria perguntar se o Senhor sabe o nome de algum técnico que tenha visitado o senhor. Mas, o senhor afirma que, na sua propriedade, nunca foi procurado por nenhum técnico, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sabe dizer sobre informação, de que o senhor mesmo tenha ou de alguma pessoa que o senhor conheça e confie, se alguns técnicos fizeram estudos na região, mesmo não tendo passado na sua propriedade?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS – Eu ouvi um comentário, mas eles não me procuraram. Então, eu não vou (ininteligível) porque eles não me procuraram. Ouvi um comentário que foi uma equipe.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ouviu um comentário que uma equipe teria ido lá, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso, mas o que eu ouvi no comentário é que eles escolheram algumas pessoas para fazer esse trabalho. Não sei dizer ao senhor se teve reunião, se alguma audiência, eu não sei lhe falar.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sabe por quanto tempo eles teriam ficado na região?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Senhor?

O SR. DELEGADO LUCAS – Se eles foram uma vez, duas vezes, se eles passaram seis meses lá. O senhor sabe dizer mais ou menos, por esses comentários aí, se essa equipe que foi, quanto tempo que ela permaneceu desempenhando algum tipo de estudo ou consulta lá?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não sei lhe dizer. Talvez uma vez, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Talvez tenham ido uma vez só, é isso o que o senhor afirma? Se foram, uma vez só.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor mencionou que parece que selecionaram algumas pessoas nessa única ida. O senhor sabe indicar o nome de alguma pessoa que tenha sido selecionada?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Dos que foram ouvidos? Eu vi, deixa eu ver...  
O Simeão.

O SR. DELEGADO LUCAS – Como é o nome?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Simeão.

O SR. DELEGADO LUCAS – Simeão.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor conhece o senhor Simeão? Ele vive aí até hoje?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não. Ele já é falecido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Foi a óbito. E a família dele permanece no lote dele?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – A família permanece, a viúva, esposa dele está residindo lá, e tem um filho que está residindo até hoje na propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. E o senhor sabe de alguma outra pessoa que tenha sido visitada por essa equipe técnica?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Dos profissionais que foram?

O SR. DELEGADO LUCAS – É.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Não sei lhe falar.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. O senhor tem informação de quantas pessoas residiam, quantas propriedades existem ou existiam aí nessa área do Rio Machado, nessa época em que essa equipe teria ido aí na região? Sabe dizer quantos ocupantes residiam aí nessa área?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Nessa área que vai ser abrangida, que eles falaram que ia ser abrangida, deputado, aproximadamente umas 30 propriedades que serão atingidas se caso for criada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Umas 30 propriedades?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E essas 30 propriedades,

cada uma, então, tem um núcleo familiar composto, em média, por quatro pessoas?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É mais ou menos isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - Além das quatro pessoas, há alguma pessoa contratada para trabalhar? Ou não, a mão de obra é só familiar?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É família mesmo. Esposo, mulher e os filhos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, em média umas 120 pessoas, umas 30 famílias?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Por aí. Mais ou menos isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Nessa área onde foi estudada, em tese, para criação desse parque, a gente está falando entre 2016 e 2017, o senhor sabe dizer se no interior dessa área haviam comunidades tradicionais, no interior ou entorno? Comunidades tradicionais, a gente se refere a comunidades extrativistas, a quilombolas, talvez povos indígenas, comunidades tradicionais. Existiam, existem no interior dessa área?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – No meu conhecimento, não, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não, né?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Na época desse estudo, aqui a gente está falando entre 2016 e 2017, se houve um estudo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, o senhor sabe dizer se tinha, mais ou menos, 13 famílias distribuídas em colocações de seringa. Essa informação procede?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Nessa época não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não, né? Tinha mais, é isso?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Na verdade, (ininteligível) na parte da extração da borracha não tem ninguém que trabalha nessa área.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não tem ninguém hoje extraíndo o látex?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – E em 2017 também não existia?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. As famílias aí, em geral, é agricultura familiar de subsistência?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É. Como eu falei para o senhor, a cultura que mais se faz é a fabricação de farinha.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor trabalha com fabricação de farinha. Os vizinhos do senhor, a maior parte é no mesmo segmento?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É (ininteligível) ou seja, a subsistência vem da farinha.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Faz a farinha, tira para fora, vende para comprar o que precisa para sustento da família.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Eu faria para o senhor uma pergunta, eu iria elencar um uma lista de nomes de pessoas, profissionais, gestores ambientais, engenheiros e técnicos, mas o senhor disse que na sua propriedade não foi ninguém representando nenhum órgão público, nenhuma empresa privada para fazer nenhum tipo de questionamento. Então, eu vou me abster dessa pergunta aqui, porque o senhor já falou que ninguém visitou o senhor.

O senhor já participou de alguma reunião, oficina ou algum evento em que indicaram com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que se estaria criando, quais as respectivas consequências dessas criações, tais como o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessa unidade que se criou?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Particpei não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nem dentro da área, nem fora? O senhor não foi convidado para participar de nenhuma forma em nenhuma reunião nesse sentido, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Houve alguma consulta ou audiência pública sobre a criação de um parque estadual aí?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – O senhor pode repetir?

O SR. DELEGADO LUCAS – Desconsidera essa pergunta,

por gentileza.

Eu me dou por satisfeito, senhor Edivan. Algum dos outros membros da Comissão deseja fazer algum questionamento?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Não, estou satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Satisfeito também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Doutor Doca?

Senhor Edivan, obrigado pela colaboração do senhor. Eu vou pedir, para gente permanecer com a incomunicabilidade das testemunhas, que o senhor se retire do recinto, por gentileza. E a gente vai passar agora a oitiva do senhor Helenilso. Muito obrigado pela colaboração do senhor, foi de grande valia para os trabalhos dessa comissão.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Obrigado. Eu que agradeço.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nós que agradecemos. Vou pedir para o relator, Presidente, fazer a convocação da próxima testemunha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero convocar agora o senhor Helenilso Silva Felix. Presente aí, senhor Helenilso? Está nos ouvindo bem?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (por videoconferência) - Presente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O Deputado Delegado Lucas vai fazer alguns questionamentos para o senhor e o senhor responde o que o senhor sabe, ok?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (por videoconferência) – Positivo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está tendo interferência.

Senhor Helenilso, eu acho eu acho que a internet, está inaudível. É o sinal que está ruim?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Deve ser, meu irmão, porque eu ainda estou aqui na minha propriedade... (ininteligível).

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nós precisamos que quem está na sala, se estiver algum áudio ligado, desligue.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não está saindo som. Está saindo só um chiado.

Baixa o máximo possível o som que está saindo, o nosso aí.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Helenilso, baixa o

som do seu autofalante, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Helenilso, se você fechar o microfone quando nós estivermos falando, resolve. E quando você for falar, você abre o microfone.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Beleza.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Fechou o microfone seu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Fechei e abri de novo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Agora você vai só ouvir a gente, beleza?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Baixa, baixa o som que está saindo da nossa voz aqui, o máximo possível. É que se fechar tudo, o senhor não vai ouvir. Tenta falar um "oi" agora, só para ver se sai. Não. Agora ficou silêncio total.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Alô? Pode fazer perguntas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agora ouvimos. Vamos tentar.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Helenilso, o senhor sabe me informar...

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhor Helenilso, tem que fechar o microfone.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Helenilso, como é o nome da área onde o senhor reside?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Agora você abre o seu microfone para falar.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS - Montenegro?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Monte Verde.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tudo bem. Desde quando o senhor ocupa essa área? O senhor a utiliza como moradia?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Então, essa moradia aqui, ela vem passando de geração

em geração, né? Hoje, está no meu domínio, mas já foi dos meus antepassados. Eu sou nascido, criado aqui. Eu me retirei aos oito anos com a minha avó, e retornei aos 14 anos, né, que eu estudei só cinco anos. Daí foi passado para a minha mãe.

O SR. DELEGADO LUCAS – E o senhor tem quantos anos hoje? O senhor está com que idade, hoje?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Vou fazer 42 anos em agosto.

O SR. DELEGADO LUCAS – Dos 14 aos 42, o senhor está aí há 28 anos. Mas o senhor nasceu aí, depois voltou, né?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Foi. Eu saí aos oito anos com minha avó e fui para estudar na capital, e voltei aos 14 anos, né, que eu não aguentei ficar lá não, muito ruim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Está certo. E o senhor tem algum tipo de documento dessa área aí em que reside?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Oi?

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor tem algum tipo de documento?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Então, a gente tem. Os documentos que eu tenho aqui nessa propriedade é o Requerimento de Posse, que na época o dono fez, aí eu fiz um "geo" em cima desse requerimento, mas até hoje não aprovou por causa dessa unidade, né, que está em cima.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tá. O senhor tem o "geo" e tem o Requerimento de Posse. Qual é a atividade que o senhor desenvolve aí?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Hoje, farinha de mandioca. Atividade principal.

O SR. DELEGADO LUCAS - Mandioca. O senhor produz farinha, não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Isso. Inclusive nós estamos produzindo hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS - Em todo esse tempo em que o senhor reside aí, foi entrevistado por algum técnico da Sedam, sobre a intenção do Estado em fazer uma unidade de conservação aí? Nunca?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Aqui não. Inclusive, deputado, na época em que as pessoas vieram aqui entrevistar, elas foram guiadas por outras pessoas que vieram de outra reserva, está enten-

dendo? Na época o pessoal da Reserva Rio Preto-Jacundá, a liderança, eles acompanharam os técnicos e eles foram ouvir simplesmente aquelas pessoas que interessavam a eles. Não foi assim: "vamos fazer a beirada do rio completa, ver quem é contra e quem é a favor". Então, o pessoal da diretoria, na época da Asmorex (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá), eles foram entrevistar aquelas pessoas que tinham certeza que não tinha objeção com a criação.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, vocês que estavam aí dentro da área onde foi criada a Reserva de Desenvolvimento Rio Machado, não foram ouvidos.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Sim. A gente sempre esteve por aqui.

O SR. DELEGADO LUCAS - Na sua propriedade, nenhum técnico foi, não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Aqui, não.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor falou que os técnicos foram nas imediações da área Rio Preto Jacundá, que é aí próximo. O senhor sabe por quanto tempo esses técnicos permaneceram aí na região?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Olha, eu não vi. Pessoalmente, não vi eles. Eles estiveram num dia só, numa passada só. E foi assim, foi guiada, que nem eu estou te falando. Eles vieram acompanhados de uma liderança onde eles já sabiam aonde eles tinham que ir.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor sabe indicar quem era essa liderança?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Na época era o finado Antônio Teixeira, que ele era Presidente da Asmorex.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele faleceu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - É, ele já faleceu tem um tempo já.

O SR. DELEGADO LUCAS - Como era o nome da associação que ele representava?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Ele era presidente da Associação Asmorex. E hoje ela administra ali, ela tem a Rio Preto Jacundá, que hoje a presidente lá é a Denise.

O SR. DELEGADO LUCAS - Como é o nome da atual presidente?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência)

– Se eu não estou equivocado, deputado, é Denise. E é moradora de lá da reserva também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Denise é o nome dela?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Denise Borges Viana.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor tem informação de quantos proprietários residiam ali da área da Rio Machado nessa época em que a equipe da Sedam ou da empresa que acompanhou a Sedam foi aí nessa passada só?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Deputado, na época era em torno de 25 a 30 famílias. Porque tem localidade, que nem aqui onde eu moro hoje, nós estamos em três famílias. São duas propriedades com três famílias. Sou eu com a minha família, meu genro com a família dele e meu cunhado com a família dele. Então, eram aproximadamente de 25 a 30 famílias na época.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nessa época havia alguém aí trabalhando com seringa?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Na época eu acho que o único que cortou seringa, o último a cortar a seringa aqui, eu acho que foi eu, em 2009, que a gente iniciou um trabalho daquele tecido da floresta que estava um sucesso, mas que não foi para frente. Eu acho que foi o último a cortar, que eu me lembro aqui, em 2009.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor foi o último então a mexer com seringa. E foi lá em 2009. Não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Que eu conheço, na época, eu acho até, inclusive o último entrevistado aí, o Edivan, ele lembra que eu fui o último a cortar seringa, em 2009, mas foi por um período muito curto para fazer o tecido da floresta. Mas, não foi para frente, então a gente parou também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bem. Eu tenho só mais uma pergunta para você. Minha última pergunta. O senhor disse que não foram na sua propriedade lhe visitar, mas convocaram ou convidaram o senhor para participar de alguma reunião, oficina ou qualquer evento pontual em que foi indicado com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que estariam criando ou quais as respectivas consequências dessas criações, tais como o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessas unidades, em algum lugar?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Deputado, a gente participou de algumas reuniões. E foi falado a respeito dessa criação, mas nunca foi uma coisa que ficou bem clara, porque na época da Asmorex,

ela era a associação era, assim, a Asmorex é a sigla da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá e Ribeirinha do Rio Machado, entendeu? Abrangia o rio Machado. Aí, quando fazia reunião, eles convocavam a gente. Aí depois que eles obtiveram o que queriam, eles abandonaram os ribeirinhos e ficaram só com a questão da Rio Preto. Inclusive, tem pessoas que moveram processo contra a associação. Até hoje está rolando por causa disso. Porque quando era de interesse deles, eles buscavam todos os ribeirinhos do outro lado do rio. Depois que eles obtiveram o sucesso, eles ficaram somente com o pessoal da reserva, porque diz que a associação era só da Reserva Rio Preto-Jacundá. E aí, quando a gente participava dessa reunião, eles (ininteligível). Eu acredito que a primeira reunião que tocaram nessa criação de reserva, acho que foi em 2008, por aí, mas nunca foi falando assim qual seria a finalidade da reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mais essas reuniões foram com a associação? Eu pergunto se tinha reunião com algum órgão público ou empresa, representando algum interesse do governo estadual, com vocês, os moradores.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Que eu lembre, só uma reunião que estava, na época, o chefe do escritório de Machadinho, que era o Elizeu Berçacola.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele era da Sedam?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Ele era portariado da Sedam, na época, ele era...

O SR. DELEGADO LUCAS - Portariado da Sedam, o nome dele era Elizeu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - É, Elizeu Berçacola. Ele foi chefe do escritório da Sedam por um período aí, acho que de uns três anos, quatro anos. Nessa época ele...

O SR. DELEGADO LUCAS – Em que ano foi essa reunião que ele participou?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Eu acho que foi de 2010, 2011, nesse período aí. Ou foi 2009. Eu não tenho bem certeza do ano.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tá.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Mas foi nesse período de 2009 a 2011, por aí.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tudo bem. Então, tudo bem. Tem certeza que não foi ali entre 2016 ou 2017? Foi bem anterior?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) -

Não. Foi. Nessa época o Eliseu nem era mais chefe do escritório, acho que já era o Ataíde.

O SR. DELEGADO LUCAS - Está bom, Senhor Helenilso, obrigado pela sua colaboração. Eu me dou satisfeito com as perguntas.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu só quero aqui quebrar o protocolo, para registrar e agradecer a presença de um grande amigo, uma grande liderança do Município de Candeias do Jamari, meu grande amigo, Lázaro. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis e quero aqui, de coração, parabenizar seu grande trabalho - que você tem feito pelo Município de Candeias do Jamari. Que Deus abençoe a sua caminhada, Deus abençoe a sua missão. Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu estou satisfeito com o questionamento e vamos dar seguimento aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também estou satisfeito. Passo a palavra ao Deputado Delegado Lucas Torres para dar prosseguimento.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor relator, por gentileza convocar a próxima testemunha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Agora, vamos convocar o Senhor Edivan Ferreira dos Santos. Edivan, está nos ouvindo aí? Já foi ouvido? Ah, é que está repetido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está duplicado, viu?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, a senhora Maria Auxiliadora Ferreira de Souza. Está por aí? Está nos ouvindo, senhora Maria?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Estou ouvindo, sim, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então está bom. O Deputado Delegado Lucas Torres vai fazer alguns questionamentos para a senhora. Alguém que está aí, se puder, coloque ela na tela para a gente, para ficar mais visível. É a de cor rosa, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS - É. Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso. Então está. Senhora Maria, a senhora responda conforme a senhora sabe, não é? Sempre falando a verdade sobre os fatos. O Deputado...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só um minutinho, Deputado Pedro, Deputado Lucas, pedir só uma genti-

leza, para trocar de lugar com o Eliomar, pode ser Eliomar? Maravilha, maravilha, muitíssimo obrigado, desculpa. Perdão, Deputado Pedro, pode prosseguir.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem, agora ficou mais próximo aí, senhora Maria. A senhora se compromete a falar a verdade sobre tudo que a senhora sabe, dos questionamentos. Tudo bem, senhora Maria?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Sim, tudo bem.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhora Maria, como é que a senhora se refere a área onde a senhora reside atualmente? Chama como? Na região aí?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS – A área onde a senhora mora?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – A área que eu moro é a Rio Machado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Rio Machado. E desde quando a senhora ocupa essa área?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Desde que eu nasci. Nasci e me criei lá, estou com 25 anos, hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS - Há 25 anos, então, a senhora ocupa essa área. É lá que a senhora mora mesmo. A senhora utiliza como moradia, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Moro lá.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está. Tem algum documento lá nessa área? A senhora possui CAR, georreferenciamento, Título, alguma coisa?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não. Lá a gente não tem documento.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tem contrato compra e venda, só?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) - Não entendi.

O SR. DELEGADO LUCAS - Contrato de compra e venda, tem?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Assim, lá a gente não tem o contrato de compra e venda porque foi na época (ininteligível) só a gente não conseguiu documentar, até hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tudo bem. E qual que é a atividade que a senhora desenvolve lá?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – A gente mexe com mandioca, faz farinha (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS - Produção de farinha e plantação de mandioca.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - Nesses 25 anos que a senhora reside nessa área, a senhora foi entrevistada em alguma oportunidade por algum técnico da Sedam ou alguma empresa, ou órgão público, em que foi informada a pretensão do Estado em criar uma Unidade de Conservação naquela área?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não. Nunca a Sedam veio lá. Nunca fui me consultada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nunca trataram sobre isso com a senhora lá na sua área, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. E se a senhora sabe informar se com algum morador da região, passou algum técnico pra fazer algum estudo? E se sim, quanto tempo eles qual o período, qual mês, qual ano eles fizeram isso?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, não sei informar. Se foi alguém lá algum dia, não me consultaram.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Não tem essa informação. Entre 2016/2017, quantas famílias residiam ali nessa região da senhora? Quantos proprietários haviam ali?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Eram 25 a 30 propriedades.

O SR. DELEGADO LUCAS – De 25 a 30. Tudo bem.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E a senhora sabe dizer se existia alguma família aí que era distribuída em colocações de seringa?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, não sei lhe dizer, porque é

como a gente está falando a nossa produção lá (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. A senhora disse que não recebeu a visita de nenhum técnico ou encarregado da Sedam, ou qualquer empresa ou órgão público. Mas, a senhora foi convidada para participar, na sua região ou fora mesmo da área de alguma reunião, oficina ou algum evento pontual, em que indicaram com clareza qual seria a modalidade da unidade de conservação que se estaria criando na área? E quais as respectivas consequências dessas criações, tais como que poderiam não ser praticado dentro e nos limites dessa unidade aonde a senhora reside?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, nunca fui convidada, nunca fizeram uma reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nunca participou de nada, não é? Nunca chamaram, nem nada.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Como foi que a senhora tomou conhecimento que a área onde a senhora reside há 25 anos virou um uma reserva de desenvolvimento sustentável?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Pode repetir a pergunta?

O SR. DELEGADO LUCAS – O Estado de Rondônia transformou a área onde a senhora vive, criou ali nos limites da área onde a senhora reside em uma reserva desenvolvimento sustentável denominada Reserva do Desenvolvimento Sustentável Rio Machado.

A senhora ficou sabendo disso como? Alguém falou pra senhora, um terceiro, um morador, soube pela internet, por uma notícia, por algum vizinho? A senhora soube em que ano? Quando foi que a senhora soube que a área que a senhora estava residindo há mais de 25 anos teria sido transformada numa reserva?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Então, a gente ficou sabendo pela boca de terceiros.

O SR. DELEGADO LUCAS – Pelos outros, por comentários. Nunca foi um órgão oficial do governo lhe comunicar quando seria, de que forma seria, de que qual o procedimento de transformação de reserva, nada disso, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso. Nunca apareceu ninguém lá para esclarecer qual seria o motivo de criar essa reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tudo bem, Dona Maria. Então, eu me dou por satisfeito aqui pelas perguntas. Abro aos demais membros da CPI, caso queiram fazer alguma colocação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu me dou por satisfeito pelos questionamentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Satisfeito também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Dona Maria, obrigado pela sua contribuição. Agora passo ao relator para convocar a última testemunha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero convocar o Senhor Eliomar Patrício. Senhor Eliomar, posicione-se, por favor.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Pois não, senhores deputados.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor se compromete em falar a verdade para essa CPI?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Absolutamente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu vou passar ao Deputado Delegado Lucas, que vai fazer os questionamentos ao senhor. E o senhor responda conforme o senhor sabe. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Eliomar Patrício, bom dia. Obrigado pela sua disponibilidade. O senhor poderia informar a desde quando o senhor ocupa a área que o senhor possui?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Bom dia. Então, nós ocupamos a área desde o ano de 2014.

O SR. DELEGADO LUCAS – Desde 2014. Então, são dez anos. O senhor utiliza essa área como moradia ou o senhor reside em outro lugar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Parcialmente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Parcialmente.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Se o senhor me permite, essa área é ocupada há mais de 60 anos. Então, foi passando o direito de posse até chegar em nós que estamos lá.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, lá o senhor tem uma sede com um quarto, cama. Se precisar pousar lá, fica lá, utilizar como moradia definitiva? Ela é apta para tal finalidade?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – O senhor pode repetir, por gentileza?

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor falou que parcialmente o senhor utiliza como moradia. A pergunta é: se existe uma sede fixa com cama, com quarto e com acomodações que o senhor eventualmente se precisar fazer uma maioria definitiva lá está apta.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Sim, deputado. Lá tem energia elétrica, tem residência, água encanada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi. E essa área aí ela é denominada como? Como é que vocês se referem a ela? A denominação dela?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Então, na verdade, veio com o nome de São Raimundo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ficou baixo o áudio. Se você puder falar um pouquinho mais alto, por gentileza.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – São Raimundo, o nome da localização da área.

O SR. DELEGADO LUCAS – São Raimundo. E o senhor tem algum documento dessa área aí onde o senhor reside ou que o senhor possui? Tem Título, tem georreferenciamento, tem CAR? Tem alguma coisa? Contrato compra e venda, qualquer tipo de documento?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Contrato sim, direito de posse, CCIR, Cadastro Ambiental Rural. O CCIR é o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural, do INCRA, o "geo"... (ininteligível)  
Mas deputado, eu quero aproveitar e dizer para o senhor que eu sou esposo da Raquel Pereira de Souza. Ela até está participando, mas ela está com dificuldade, talvez de áudio, foi por isso que eu me inscrevi para falar, porque a propriedade, oficialmente, está no nome dela. Raquel Pereira de Souza.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor ou a sua esposa, a Senhora Raquel, já foram entrevistados por algum técnico da Sedam ou qualquer outro órgão público ou empresa, o qual esclareceu sobre uma pretensão do Estado em criar uma unidade de conservação naquela área?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não senhor, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor sabe ou possui alguma informação confiável se esses técnicos eventualmente realizaram estudos na região, visitaram outros moradores ali do entorno?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Então deputado, a partir das conversas que nós tivemos

com pessoas da região, depois que nós tivemos a informação que estava sendo criada, ficou muito claro que foram pessoas pontuais, que tinham dificuldades. Aliás, é importante ressaltar que eles orientaram as pessoas que era importante criar a reserva, que era bom criar reserva, que daria para eles estabilidade financeira. E aí, alguns participaram.

Inclusive, deputado precisa ser esclarecido que os planos não estavam dentro do processo. Lá tem aproximadamente 30 propriedades, foram ao todo 10 pessoas. Dessas 10 pessoas, uma era um professor que tinha chegado, mais ou menos, há cerca de 20, 30 dias, pelo que nós levantamos, na área. E esse outro era de menor. Então, assim, 10 pessoas ouvidas, três se manifestaram (ininteligível) no processo e, dois, um era de menor e o outro não era da localidade.

O SR. DELEGADO LUCAS - Oito não eram da localidade?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não. Oito eram da localidade.

O SR. DELEGADO LUCAS - Oito eram de lá.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Os dois: um era menor e o outro não era de lá da localidade. Dois.

O SR. DELEGADO LUCAS - Um menor e um recém chegado?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – É, exatamente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Essas oito pessoas da localidade que foram ouvidas, o senhor conhece?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Todos.

O SR. DELEGADO LUCAS - Eles residem aí até hoje?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não todos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Alguns, sim?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Alguns, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – São pessoas simples, humildes?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Inclusive tinha um que faleceu que tudo o que perguntava a ele, ele: "ah, tá bom." Era o jeito dele.

O SR. DELEGADO LUCAS – Vocês já tiveram contato com essas pessoas?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Já.

O SR. DELEGADO LUCAS – E elas alegam que entenderam o que estava acontecendo quando elas foram procuradas por esses funcionários da Sedam?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, eu conversei ontem com um morador de lá, de nome Amarildo e ele disse que na época ele não entendeu. Eles chegaram convencendo ele de que reserva era bom.

O SR. DELEGADO LUCAS – Desculpa, como é o nome dele?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Amarildo. Deve ter nesse processo, em algum lugar, o nome dele. Ele falou: “Olha, na época eles chegaram dizendo que reserva era bom, que a gente ia ter renda líquida das madeiras vendidas.” Por isso que eu falei (ininteligível) Amarildo Vieira Mota.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ferreira Mota? Ferreira?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Amarildo Vieira Mota.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Então, o senhor alegou que na época havia mais ou menos ali em torno de 30 famílias e que os técnicos da Sedam que, em tese, foram na área procuraram apenas algumas pessoas, não entraram em contato com todos os moradores. Tudo bem.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Eu gostaria de deixar claro uma coisa: são 30 propriedades. Todas as pessoas que têm propriedades, têm residências. Às vezes alguns ficam um período, outros acabavam saindo, mas é propriedade deles. É importante ressaltar que o Estado esteve ausente desse povo, por ser uma região distante, esteve ausente ao longo da vida. O Incra foi (ininteligível) para regularizar, nós acabamos voltando. E pela dificuldade de deslocamento, que antigamente era só por barco a Porto Velho, ninguém ia lá regularizar. Então, foram adquirindo posse, alguns só tem contrato de compra e venda, outros conseguiram avançar mais. Mas, a maior parte dessas propriedades estão lá, são existentes dentro dessa área abandonada pelo governo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi. Obrigado.

O senhor falou que na sua propriedade nem o senhor nem a sua esposa foram procurados para nenhum tipo de consulta. Mas, o senhor foi convidado ou participou de alguma reunião, evento pontual ou oficina, mesmo que fora da região ou ali na área mesmo e que foi indicado com clareza qual modalidade de unidade de conservação que se estaria criando, qual era o procedimento que se estava adotando, quais as consequências da cria-

ção de uma unidade de conservação ali para os moradores, assim como o que poderia ou não ser praticado dentro ou nos limites da unidade?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Absolutamente não. Com toda a certeza, deputado. Não foi feito audiência pública, não foi feito reunião na comunidade.

É o seguinte. Passaram uma vez e estudo da área também não existe.

O SR. DELEGADO LUCAS – Interessante. Muito esclarecedora a sua colocação, Eliomar. Eu me dou por satisfeito, senhores membros da Comissão.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu quero fazer um questionamento. Essa região aí, ela pertence ao Município de Machadinho D'Oeste, é isso, Eliomar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não. Ali, é assim: hoje, o meio de sobrevivência das pessoas, o lugar onde se compra, é Machadinho. Mas, ela pega a divisa de Machadinho para baixo. Mas todo mundo usa Machadinho — eleitores, em Machadinho; compra no comércio de Machadinho — ou seja, o limite é com Porto Velho, mas depende de Machadinho d'Oeste.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Entendi. Foi na sede do município, que é próximo a Machadinho D'Oeste. A sociedade ficou sabendo? Foi feita alguma audiência pública? Ou as pessoas daí foram convidadas para a sede do município a qual pertence essa área - Porto Velho - para uma audiência pública? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, eu era prefeito, o senhor sabe disso, em 2017, e os processos (ininteligível) em 2028. E eu volto a repetir: eu sempre estive, todo esse período, naquela comunidade, naquela propriedade, trabalhando com a minha esposa, construindo com a minha família, minhas filhas; inclusive, todas estiveram ao longo da vida ali, e na época, como prefeito, quando a gente soube da notícia, inclusive quando eu participei de audiência contra, já tinha criado.

E como prefeito, também, várias vezes, essa discussão. Eu não sabia que estava sendo discutido, mas eu inclusive questionava, que eles deveriam fazer audiência. Mas, eles ignoraram toda a sociedade, inclusive as autoridades que tinham aqui e são responsáveis por aquele povo de lá. Como eu disse, o Título de Eleitor deles é Machadinho D'Oeste. Estão de olho na qualidade de interessados diretamente. Não como representantes. Na época, eu tentei ir atrás, conversamos, cheguei a dialogar com a Sedam, mas eles ignoraram qualquer tipo de consulta oficial.

Inclusive, deputado, vale lembrar, me perdoe, que tem uma discussão dessa lá em 2009, até eu ouvi, de criar na época, uma reserva federal. Foi consultada a comu-

nidade, a comunidade foi contra. Inclusive tem, ... Não tem talvez os documentos originais, mas tem atas que foram feitas que a comunidade toda foi contra naquela época. Seria uma reserva federal. Foram contra. Mas, na época, foi feita consulta, e depois, nunca mais teve consulta.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhor Eliomar, qualquer tipo de documento, informação importante, se o senhor puder encaminhar para esta CPI, a gente fica grato.  
Eu estou satisfeito com o questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero aqui agradecer mais uma vez, em nome do meu amigo Eliomar. O Eliomar, eu lembro desde as primeiras movimentações foi uma das pessoas que veio aqui na Assembleia alertar o que estava acontecendo e alertar a grande quantidade de pessoas que residem há muitos e muitos anos nessa região denominada Rio Machado.  
Então, Eliomar, eu quero aqui agradecer a participação de vocês. Quero aqui agradecer a todos os participantes da Reserva Rio Machado. E falar que sem a participação de vocês, nós não conseguiríamos dar prosseguimento a esta CPI.  
Então, o nosso muito obrigado, de coração, a cada um de vocês. Muito obrigado mesmo.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Nós que agradecemos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Opa, pode se pronunciar. Alguém gostaria de se pronunciar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, só agradecer aí, fico feliz pelo trabalho que vocês estão fazendo e muito entristece as pessoas que estão ali. Esse rapaz, o Helenilso, ele está falando de lá, de dentro da área, com internet. As pessoas perceberam a dificuldade. Mas, nós estamos felizes porque nós sabemos que tem alguém olhando pelas injustiças que foram cometidas no passado. Eu, por exemplo, depusitei a minha vida naquele lugar, assim como dezenas de outras pessoas depositaram.  
Então, para gente é muito triste ver um direito nosso ser inválido. Um direito que, no meu caso, ainda não. Mas a maioria que está de lá esperando, esperando. A presença do Estado, o Estado não fez nada para regularizar, para dar condições e de repente "a partir de hoje é reserva", uma indecência. A gente tem pessoas nas outras reservas que sobrevivem hoje trabalhando na diária (ininteligível) eu não sou contra. Mas eu quero deixar isso claro para os senhores, quem está lá dentro, a maioria vive trabalhando na diária... É diária que eles fazem para poder comprar comida.  
Então, é muito triste, principalmente nessa região nossa. Muitas florestas ainda estão falando em criar reservas. Muito obrigado. Desculpe o desabafo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, mais uma vez. Parabéns pela união de todos.  
Vamos dar prosseguimento? Passo aqui a palavra ao nosso relator da CPI, Deputado Pedro Fernandes, para as convocações.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A gente vê que realmente, o que o Eliomar falou é a realidade dessa população que foi atingida diretamente.  
Então, como eu sempre preguei, Deputado Alex, se quer proteger o meio ambiente, que é a nossa, eu estou na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, da forma que estão fazendo, estão trabalhando totalmente contrários à preservação; o desmatamento. Quando o Estado afronta pessoas que estão a vida toda em uma localidade, a pessoa perde a esperança. E o homem sem esperança não tem consequência, ele fala "já estou lascado mesmo, vou acabar de moer esse trem".  
Então, gente, esses ambientais, as pessoas que querem de verdade preservar o meio ambiente dentro do nosso Estado de Rondônia, nós temos que repensar, porque se nós não trabalharmos o tripé econômico, social e ambiental junto, nós não vamos a lugar nenhum. Desde que não haja interesses escusos de gente que se diz defensor do meio ambiente, que é o que me deixa uma dúvida muito grande e um ponto de interrogação, mas eu estou aqui deputado e onde eu puder avançar para esclarecer a nossa população.  
Cheguei em Rondônia com oito anos de idade e conheço a realidade desse Estado. E nós não podemos deixar intervenções, pessoas de outros países dar as regras aqui. É lógico, nós temos que ter responsabilidade ambiental; nós temos que ter compromisso, sim; mas da forma que estão fazendo, estão trabalhando no contrassenso do que está acontecendo.  
Então, vamos ter cuidado. Eu sei que tem muitas pessoas que são apaixonadas pelo meio ambiente, que defendem, mas da forma que estão fazendo, infelizmente, nós estamos trabalhando contra nós mesmos. Então, tem uma forma de preservar juntamente com a sociedade. A sociedade precisa ser ouvida. Nós, que somos representantes do povo, a voz do povo, as vozes das ruas, é que fortalece a democracia, é que fortalece todo o nosso povo.  
Então, agora vamos para as oitavas do Parque Estadual Ilha das Flores. Dona Eni está aqui. A gente já aprovou a convocação dela para ser ouvida neste dia de hoje. E eu vou agora passar ao meu colega Deputado Delegado Lucas para que entreviste a Dona Eni.  
A Dona Eni se compromete em falar a verdade, em responder preciso e sucinto. A senhora sempre tem acompanhado. Eu sei que o seu desejo, e a gente está caminhando para tirar esse ponto de interrogação da cabeça das pessoas. Realmente está certo? Ok. Mas está errado? Vamos corrigir. Então, é essa a grande missão nossa aqui dessa CPI.  
Deputado Lucas, vamos agora ouvir a Dona Eni, que é do Parque Estadual Ilha das Flores, lá em Alta Floresta, terra do nosso amigo Jean Oliveira.

O SR. DELEGADO LUCAS - Dona Eni, um bom dia, obrigado pela colaboração da senhora mais uma vez aqui em comparecer nessa CPI. Eu gostaria que a gente, para o bom andamento dos trabalhos, nos atenhamos aqui às perguntas, está bem?

A senhora se compromete falar a verdade de tudo que a senhora sabe?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Muito bom. A senhora reside há quanto tempo? Ocupa essa área há quanto tempo?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Eu já tenho essa área desde 1999.

O SR. DELEGADO LUCAS – Desde 1999. Então, 25 anos aproximadamente?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Sim, é.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora utiliza essa área como moradia?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Não, moradia não. Só tem barraco para emergência.

O SR. DELEGADO LUCAS - Moradia, não. Tem um barracinho. Tudo bem. E a senhora tem algum documento dessa área, Dona Eni?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Tenho, sim, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS - Qual é o documento?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Eu tenho cadastro, contrato de compra e venda; eu tenho “geo”, eu tenho CAR; eu tenho cadastro do Idaron.

O SR. DELEGADO LUCAS – GTA (Guia de Trânsito Animal), não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Eu tenho a nota do produtor rural. E tenho pedido de titulação.

O SR. DELEGADO LUCAS – Legal. Ao Incra, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Sim. E outros documentos mais.

O SR. DELEGADO LUCAS – E outros documentos.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Já foi feito, juntamente com o engenheiro, tirado os perímetros. A gente está avançando na documentação que pode.

O SR. DELEGADO LUCAS – Excelente. E a senhora desempenha qual atividade lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Já tive negócio de gado lá, mas eu pelo menos não tenho criação de gado no local. Situação financeira no limite, ainda mais com essa demanda.

O SR. DELEGADO LUCAS – E a instabilidade, a insegurança acaba freando os investimentos que a senhora poderia fazer lá.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Acabou. Não se pode fazer nada lá mais. Meus vizinhos quase todos foram mortos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Por causa de um barraco. Não pode fazer nada. Tudo a Sedam passa e multa.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, nesses 25 anos a senhora chegou a desempenhar algumas atividades lá.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Gado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Gado.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Que é pecuária de corte.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – É. Lá é área, a minha pelo menos é área aqui alaga igual ao Pantanal. Nesse momento, lá está seco. Mas depois, junta bastante água na região.

O SR. DELEGADO LUCAS - Aí só pode operar, manusear, ali a área, alguns meses do ano.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim, inclusive, com o mesmo pasto nativo, que é o jaraguá.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. E nesses 25 anos que a senhora reside lá, em algum momento, algum técnico da Sedam ou de alguma empresa, ou órgão público, entrevistou a senhora; procurou a senhora na sua propriedade para informar de uma pretensão do Estado em criar uma Unidade de Conservação naquela área?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora nunca foi procurada? A senhora, pessoalmente, nunca foi procurada, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA (Por videoconferência) – Não, e inclusive, com os meus vizinhos que eu conheço, todas as pessoas que eu tenho reunião com eles, eu nunca vi ninguém falar.

O SR. DELEGADO LUCAS – Essa seria a próxima pergun-

ta: se a senhora sabe ou possui a informação confiável, se os técnicos procuraram pessoas ali na região para realizar estudos ou consultas, se conversaram com algum dos seus vizinhos?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS - Não tem conhecimento que eles tenham ido lá efetivamente, conversar com alguém que mora lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não, para a gente foi uma surpresa saber que criou essa reserva porque foi um susto para nós.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ficaram sabendo por terceiros, depois que já tinha sido...

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Pela TV.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pela televisão, depois que ela já tinha sido criada.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - TV Rondônia.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. E em que ano que a senhora tomou conhecimento dessa criação dessa reserva, a senhora se lembra?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Em 2021, acho.

O SR. DELEGADO LUCAS - Em 2021. A senhora tomou conhecimento pela televisão que a área que a senhora estava tinha virado um...é o quê? É um Parque Estadual, a senhora sabe dizer?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, ouvi falar nessa época, mas antes, a gente já vinha pesquisando. Pesquisava dentro do Incra. Não existia nada.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Dentro de órgão nenhum, não aparecia nada. Era uma coisa secreta pelo jeito.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. Era guardado a sete chaves, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora sabe dizer, nessa época, que em tese foi transformado em reserva, que houve o Decreto transformado em reserva, quantos proprietários ou ocupantes residiam ali na área?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Até onde eu soube, eu acredito que era mais de 500 pessoas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pessoas, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, assim, moradores e donos de terra aqui, digamos que não moram em cima, mas tem a área de terra.

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim. Então, entre ocupantes e proprietários, que não ocupavam como moradia, aproximadamente 500 pessoas?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu acredito que bem mais, porque a área que foi afetada lá da Ilha das Flores, me parece, não sei se mudou o mapa, mas era 98 mil hectares de terra. Então, uma área muito grande. É imensa.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora sabe dizer se existia ali algum tipo de comunidade tradicional?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - No Porto Rolim, sim. Eu ouvi falar que tinha indígena. Lá tem bastante índios. E também já ouvi falar de quilombolas na região de Porto Rolim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Então existia, lá no interior dessa área onde foi criado o Parque, provavelmente, a senhora afirma que há uma informação, que circula, de que haviam indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, no Porto Rolim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Porto Rolim.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não é nas nossas áreas de fazenda, ali.

O SR. DELEGADO LUCAS - Não é no interior da área, mas no entorno dela.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não. Acredito que pegou alguma parte deles também, porque a Reserva é assim... a gente nem tem certeza da quantidade que ela é, porque é uma área muito grande.

O SR. DELEGADO LUCAS - Da delimitação. Entendi. Tudo bem.

A senhora disse que nunca foi visitada por nenhum técnico, mas a senhora foi convidada para participar ou chegou a participar de alguma reunião, oficina, algum evento pontual em que indicaram, com clareza, que seria criada ali uma modalidade de unidade de conservação? Qual modalidade seria criada? Qual o procedimento adotado para que isso acontecesse? Quais as respectivas consequências da criação dessa reserva, como o que poderia ou não ser praticado dentro do limite dessa Unidade? Isso foi explicado de uma forma inteligível, de uma forma assim, com clareza, e uma linguagem acessível, todas as implicações para a população residente no interior, no entorno dessa unidade proposta?

A senhora tomou conhecimento disso em alguma reunião pública, audiência pública, em algum encontro e

com algum órgão ambiental competente para fazer algum tipo de oitiva da população lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Nunca. Nunca houve nada disso lá.

O SR. DELEGADO LUCAS – De forma nenhuma, não é? Simplesmente foi criada e a senhora ficou surpreendida quando tomou conhecimento pela televisão a respeito da criação da área onde a senhora já ocupava.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – O senhor acredita que até hoje ninguém acredita que criou essa reserva lá? Até hoje, o povo não acredita.

O SR. DELEGADO LUCAS - Acredito.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eles acham que não tem. Eles acham que isso aí é política, é fofoca. Só eu aqui que mais tenho certeza, porque eu estou aqui direto nessa audiência.

O SR. DELEGADO LUCAS - E a senhora sabe de alguma dessas pessoas lá que alegue, que tenha sido procurada por algum técnico? Alguém? Não, ninguém.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Que eu saiba, ninguém. Só se é um “chegado” da parte deles.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Que fez alguma coisa secreta, eu não sei. Também, se fizeram alguma visita, foi por helicóptero ou então, aérea. Por terra, não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Vocês não viram lá. Tudo bem.

Senhor Presidente, me dou por satisfeito aqui. Obrigado, senhora Eni pela sua colaboração, foi de grande valia para o trabalho da Comissão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero, mais uma vez, agradecer a senhora Eni, está sempre presente, muito atuante.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - À vontade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero reforçar aqui um questionamento para a gente esclarecer bem, senhora Eni. Os estudos juntados ao processo, relatam que não existiam moradores dentro da área que estava sendo estudada para a criação do parque, no ano de 2016/ 2017. Bem como, não existiam comunidades tradicionais no interior e nem no entorno dessa área. Isso é verdade? Em 2016/2017, tinha pessoas dentro dessa área morando?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – E muitas pessoas! Muitas pessoas que moravam nessa região.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator)- Então, nesse estudo, eles não identificaram essa pessoa, mas essas pessoas estavam lá? A senhora consegue identificá-las?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Eles não identificaram ninguém, não existe isso aí. Eles não tiveram lá com ninguém.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, isso não é verdade?

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Isso não é verdade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem, obrigado. Satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro. Quero aqui, mais uma vez agradecer à Dona Eni. A senhora se desloca de tão longe para vir aqui participar. Que agradecer a confiança.

Estávamos aqui conversando com o Deputado Lucas, Deputado Pedro, antes de iniciar, que nós temos muitas esperanças na conclusão final dessa CPI. Então, que seja feita justiça. E mais uma vez, muitíssimo obrigado pela participação.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Posso dar uma palavrinha?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode, pode sim.

A SRA. ENI ALVES ROCHA – Eu, nesse momento, em nome do pessoal de Alta Floresta, da Ilha das Flores, que é o que eles desejam, que eu acredito que não vão conseguir, nome do Senhor Jesus.

Eu quero agradecer aos deputados: Deputado Alex Redano, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Lucas Torres, Deputado Cirone Deiró, Deputado Jean de Oliveira, à Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa e outros deputados que eu talvez não lembre o nome. O Delegado Camargo também. Agradeço em nome da Ilha das Flores e de nós, produtores, nós donos de terra daquela região. Agradecemos imensamente por esse trabalho que vocês estão fazendo. Muito Obrigada mesmo. Sem vocês, o que seria da gente? Muito Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nós que agradecemos. Nosso muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, vamos fazer encaminhamento dos Requerimentos. Eu tenho algumas anotações aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passo a palavra, para a leitura dos Requerimentos ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nós precisamos deliberar aqui sobre a questão das áreas que a equipe técnica não conseguiu identificar as pessoas a qual a gente queria ouvir. Tivemos algumas diligências, mas a gente não conseguiu convocá-las.

Nós precisamos, Presidente, convocar através de publicação de edital essas áreas. Então, nós precisamos deliberar aqui sobre essa situação autorizando a equipe técnica a fazer esse procedimento. Vamos pôr em votação essa deliberação para que seja feito dessa forma.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu gostaria, Presidente, que pela ordem, pedir para eu acrescentar, se for possível, como um resultado das oitivas que foram feitas hoje, foram indicados aqui três testemunhas que eu acredito que serão de bom alvitre para o andamento dos trabalhos, incluir nessa lista, que aí poderão ser eventualmente oitivados junto com os demais.

Então, a testemunha Edivan indicou uma testemunha chamada Simeão, lá na Rio Machado. Aí se nós pudéssemos acrescentar o Simeão.

A testemunha Helenilso, pela oitiva dela, é interessante nós tentarmos ouvir a Denise Borges Viana, que é atual Presidente da Associação. Então, a testemunha Denise Borges Viana.

E o Eliomar Patrício indicou a testemunha Amarildo Vieira Mota. Então, eu solicito à Vossa Excelência que inclua no Requerimento de convocação pelo edital, das testemunhas Simeão, Denise Borges Viana e Amarildo Vieira Mota.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está incluso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E também, Deputado Lucas, foi falado que tinha um menor de idade que também foi ouvido a época, que essa pessoa era menor de idade.

E o professor Amarildo, foi citado. Se puder identificar esse menor, e a gente conseguir convocar ele. O nome dele está no processo. A gente identificar e também aproveitar essa convocação e já fazer tudo em conjunto.

O SR. DELEGADO LUCAS - Assim sendo, Presidente, meu voto é favorável ao Requerimento pela aprovação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Também voto “sim”. Fica aprovado. Próximo requerimento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Mais algum Requerimento? A próxima reunião, a gente vai deixar para que dia, mais ou menos?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Entra agora o recesso. Suspende todos os prazos. Eu creio que segunda semana de agosto. Eu acho que mais próximo, porque está muito longe. Vamos deixar mais próximo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos deixar autorizada a convocação por data deliberar e convoca.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Na primeira Sessão da Sessão Legislativa nós já definimos as datas. Vamos dar publicidade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Combinado. A gente vai marcar, lá em Buritys, será que o Presidente vai estar presente? A gente podia fazer uma reunião, não é, Deputado Delegado Lucas?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Se o Presidente Marcelo não estiver presente, nós fazemos uma ligação para ele para deliberarmos sobre um instituto para nos ajudar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ele acha a forma. A forma de contratação, o Presidente acha o meio legal. E a gente só precisa que ele contrate para nós essa pessoa para fazer um estudo, para a gente poder, realmente, ter números de parâmetros técnicos para que a gente possa avançar. Que, de repente a gente está imaginando uma coisa e na hora que o técnico avaliar está tudo ok. Se não tiver, a gente toma as providências cabíveis e necessárias.

Tem mais alguma pauta?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais alguém gostaria de usar a palavra?

Então, neste momento, sob proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Obrigado Eni. Obrigado Rio Machado. Obrigado aos deputados. Obrigado a todos os técnicos aqui da Assembleia Legislativa pelo excelente trabalho. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 54 minutos)